

**ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS:
PROGRAMA DE AÇÕES PEDAGÓGICAS POR DEMANDA PARA
FORTALECIMENTO DO RENDIMENTO ESCOLAR NO IFES –
CAMPUS COLATINA - ES**

*STUDENTS WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS: PEDAGOGICAL
ACTIONS PROGRAMME FOR STRENGTHENING DEMAND ACADEMIC
ACHIEVEMENT IN THE IFES-CAMPUS COLATINA-ES*

José Francisco Figueiredo Paiva

Instituto Federal do Espírito Santo. E-mail: josefrancisco@ifes.edu.br.

Artigo submetido em 05/03/2019, aceito em 15/06/2019 e publicado em 15/09/2019.

Resumo: A educação das crianças deve desenvolver personalidade e capacidade física e mental, tendo como alicerce os direitos humanos, preparando-as para a vida com responsabilidade e capacidade de lidar com as tarefas diárias. Nesse contexto, requerem atenção especial aquelas que apresentam necessidade educacionais especiais, proposta desta pesquisa que tem como objetivo identificar a visão de alunos com necessidades especiais do Instituto Federal de Educação, campus Colatina, antes e após a implementação do Programa de Atendimento Pedagógico por Demanda (PAPED). Por meio de uma pesquisa-ação, com aspecto qualitativo, foram aplicados questionários semiestruturados com esses alunos. Os resultados mostraram que o nível de aprendizado dos alunos que apresentam necessidades especiais apresentou uma melhora significativa com a aplicação do programa.

Palavras-chave: Inclusão; educação especial; aprendizagem.

Abstract: Children's education must develop personality and physical and mental capacity, consolidated with the human rights Foundation, preparing them for life with responsibility and ability to handle everyday tasks. In this context, the ones that present special educational needs require special attention, which is this research proposal that aims to identify the vision of students with special needs from the Federal Institute of Education, campus Colatina, before and after the implementation of the Pedagogical Service on Demand Programme (PSDP). By an action-research, with a qualitative aspect, semi-structured questionnaires were applied to these students. The results showed that the learning level of students presenting special needs has had a significant improvement with the implementation of the programme.

Keywords: Inclusion; special education; learning.

1 INTRODUÇÃO

Segundo o artigo 28 da Convenção das Nações Unidas Para o Direito da Criança, os Estados Partes reconhecem o direito das crianças à educação e, além

disso, afirmam a adoção de todas as medidas para assegurar que a disciplina escolar seja ministrada de maneira a respeitar a dignidade humana. No artigo

29, os “Estados Partes” observam que a educação das crianças deve ser organizada no sentido de desenvolver personalidade e capacidade física e mental, estabelecer junto às crianças os alicerces dos direitos humanos e imbuir o respeito aos pais e à própria identidade cultural, preparar as crianças para a vida com responsabilidades e respeitar o meio ambiente. Além disso, no inciso 2º, o artigo prevê a criação de escolas por membros da sociedade, desde que as instituições criadas estejam de acordo com os padrões mínimos estabelecidos pelo estado.

Segundo Capellini & Mendes (2002), o processo de inclusão escolar vem sendo desencadeado nos últimos 50 anos e as bases desse processo é o que se conhece hoje no mundo inteiro como Educação Inclusiva para pessoas com necessidades educativas especiais. Esses autores também enfatizam que, a partir da década de 1980, o fracasso da “integração”, que tinha foco sobre a criança especial, surge por um novo paradigma, centrado agora nas condições dadas a essa criança para que ela produza na escola e aprenda com qualidade. Nesse contexto, a ideia de trazer os alunos especiais para as salas de aula da educação formal tomou vulto. Mas, na prática, quem seriam esses alunos?

De acordo com Kirk & Gallagher (1987), cuja obra foi usada como referência por pesquisadores e até por marco legal durante muito tempo para identificar os que ainda eram chamados de “excepcionais”, este termo, hoje em desuso, foi sendo substituído por “pessoas com necessidades educacionais especiais (ou mais recentemente, pessoas com necessidades específicas)”, e usado para identificar os indivíduos que não estavam de acordo com os padrões de “normalidade”, incluindo os seguintes aspectos: desvios mentais, deficiências sensoriais, desordens de comunicação, desordens do comportamento e deficiências múltiplas graves.

Anache (2005) identifica como seria reconhecida uma pessoa com

necessidade educacional especial para os poderes instituídos no Brasil, citando a Resolução do Conselho Estadual de Educação nº 1286/2006, que fixa normas para o sistema de ensino do Estado do Espírito Santo, que considera em seu artigo 137, Título IV, “DA EDUCAÇÃO ESPECIAL”, que os educandos com necessidades especiais são aqueles que durante o processo educacional apresentar:

I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações do processo de desenvolvimento que impeçam o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

a – aquela não vinculada a uma causa orgânica específica;

b – aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II - altas camadas de superdotação, em alunos que apresentam notável desempenho e elevada potencialidade na capacidade intelectual e acadêmica, no pensamento criativo, na liderança, nas artes, na psicomotricidade ou em outro aspecto de forma combinada ou isolada.

A Resolução nº 04 de 02 de outubro de 2009 que estabeleceu as diretrizes e bases para a Educação Especial também descreve em seu artigo 4º o que considera o público-alvo do atendimento educacional especializado:

I - Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II - Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de *Asperger*, síndrome de *Rett*, transtorno desintegrativo

da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outras especificações.

III - Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Diante do exposto, cabe aqui uma reflexão: o diagnóstico preciso pode hoje em dia ser oferecido e a legislação tanto no âmbito nacional como internacional é extremamente abrangente e clara, mas esses dois fatores isolados não podem garantir que crianças e jovens com necessidades especiais sejam incluídos em termos educacionais. Na verdade, para que a inclusão escolar dessas crianças e jovens seja efetiva, não basta apenas que esse direito esteja garantido na legislação. Estas mudanças dependerão de modificações profundas no sistema de ensino.

No contexto da problemática do processo inclusivo escolar, existem também as dificuldades econômicas, principalmente nos municípios mais pobres e pequenos do Brasil. Nesses locais, muitas vezes os gestores analisam o custo-benefício da acessibilidade e outros investimentos necessários, sendo os custos considerados altos para atender as pessoas com necessidades especiais, sempre comparados com o número de pessoas que podem ser atendidas. Este número nem sempre é preciso, pois estas pessoas costumam não aparecer muito diante da sociedade permanecendo exiladas em suas próprias casas ou segregadas em instituições, longe do convívio da maioria das pessoas da sociedade. Assim, essa forma de pensar dificultou o acesso dessas pessoas à escola e ao trabalho, acentuando-se sempre sua condição desfavorecida em relação a outras pessoas (PEREIRA, 2008).

Nesse contexto, o estabelecimento de um novo paradigma não se faz com receitas prontas, mas com reflexões estabelecidas conjuntamente por

professores, técnicos educacionais, diretores e pais. Meu interesse pela educação inclusiva começou com o diagnóstico de uma doença genética conhecida como distrofia muscular em minha filha mais jovem, que hoje se encontra com 15 anos. Trata-se de uma doença degenerativa em que os tecidos musculares do corpo são substituídos gradativamente por tecido adiposo. Como se trata de uma doença típica de indivíduos do sexo masculino, os sintomas não se manifestaram da mesma forma que a tipificada nos meninos. No entanto, ela apresenta baixa agilidade na locomoção, dificuldade para levantar-se e força muscular reduzida.

A relevância deste trabalho, do ponto de vista social, encontra-se na melhoria do trabalho educacional com meus alunos que, assim como minha filha, apresentam dificuldades para inserir-se em instituições educacionais que ainda se deparam com desafios para superar barreiras que impedem o sucesso deles nas escolas. Assim, o objetivo desta pesquisa é identificar como os alunos com necessidades especiais do Instituto Federal de Educação, campus Colatina, analisam antes e após a implementação do Programa de Atendimento Pedagógico por Demanda (PAPED). Nosso propósito é alterar essa realidade de natureza desprotegida das pessoas que precisam de um atendimento especial em educação para prosseguir seus estudos dignamente e com qualidade.

2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Na abordagem dos aspectos históricos da Educação Especial, Bianchetti (2002) levanta uma questão-problema: de que tipo de classe ou casta dominante, nos diferentes momentos históricos, estabeleceu-se um modelo humano padrão? A partir desse questionamento o autor levanta quatro teses:

1 - No decorrer da história do homem, a forma como os mesmos trataram o corpo foi e é de uma total irracionalidade. Essa tese tem base na visão fragmentada, ora negando o corpo, ora valorizando em aspectos parciais.

2 - A irracionalidade já mencionada se revela na padronização estabelecida por diferentes critérios e em diferentes momentos históricos.

3 - A história humana só pode ser plenamente entendida se conseguirmos aprender como, nos diferentes momentos históricos, os homens foram atendendo a suas necessidades básicas e, portanto, construindo sua existência. Essa tese se baseia na capacidade ímpar dos seres humanos em pré-conceber o que vão fazer. Com isso, passam a ter condições de resolver problemas como alimentação, habitação, vestuário etc., de forma diferente e de acordo com suas potencialidades.

4 - As questões ligadas à deficiência ou à Educação Especial são inseridas no espectro de como os seres humanos foram atendendo suas necessidades básicas e assim construindo sua existência. Esta tese nos remete a pensar como a deficiência foi vista nas sociedades primitivas, escravistas, feudais e, principalmente, capitalistas, e que recursos foram usados para a integração, exclusão ou ainda a segregação dos seres humanos chamados anormais ou deficientes.

A Educação Especial no Brasil e no mundo sempre teve como base a interferência de pessoas idealistas e abnegadas ou da força legal. No caso da Declaração de Salamanca houve uma impulsionamento da Educação Especial no mundo inteiro, sendo que governos signatários se obrigaram a estabelecer legislações internas para dar valor legal aos pontos contemplados na Declaração. Apenas para salientar a importância dessa Declaração, convém citar as proclamações contidas no texto do documento:

Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial; 2. Acreditamos e Proclamamos que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (UNESCO, 2004).

Dez anos depois de assinada, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 2004), fazendo uma análise dos aspectos que se desenvolveram em função do documento de 1994, refletiu que a educação inclusiva havia evoluído com atendimento de uma parcela das crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais e não da totalidade daqueles que precisariam desses serviços. Refletiu, também, que novos métodos e tecnologias deveriam ser criados para que as barreiras que impedem o desenvolvimento de todos fossem vencidas. Na Ásia e Pacífico, a UNESCO encontrou uma situação em que muitas escolas se deparavam:

- Muitos professores sem o preparo adequado para receber todas as

crianças com necessidades especiais destinados à sua sala de aula.

- As comunidades, onde estas escolas se inseriam, nem sempre apoiaram este tipo de trabalho.

- A política educativa e a gestão escolar de determinadas escolas nem sempre facilitaram a educação inclusiva.

Houve, também, atitudes que vieram de encontro ao projeto inclusivo escolar, como a iniciativa do governo japonês que financiou projetos em Bangladesh, Camboja e na Indonésia, intitulado “Promoção de Competências e Desenvolvimento na Educação Básica no Combate à Marginalização e à Exclusão”. A UNESCO - Bangkok/Tailândia publicou, em 2004, um material de apoio intitulado “Conjunto de Materiais Para Criar Ambientes Inclusivos e Promotores de Educação” destinado a professores e gestores das escolas. Os principais aspectos contidos nos textos desse material são:

- 1 - Características e benefícios de ambientes escolares inclusivos.
- 2 - As formas de trabalhar as famílias e comunidades na perspectiva inclusiva.
- 3 - As formas práticas de incluir as crianças que estejam passando pelo processo de inclusão.
- 4 - Instrumentos e metodologias para tornar as salas de aula das escolas comuns mais inclusivas.
- 5 - O desenvolvimento de políticas que visem à saúde e à proteção das crianças na perspectiva da educação inclusiva.

A UNESCO (2004) considera que um dos papéis mais importantes que esta entidade desenvolveu, na primeira década do século XXI, foi de partilhar ideias a nível internacional e viabilizar outras tantas ideias que puderam ser usadas para o apoio e desenvolvimento de práticas inclusivas. Outro ponto considerado chave pela UNESCO foi a formação adequada de professores para o enfrentamento dos desafios impostos pela educação especial no dia a dia das salas de aula. Segundo UNESCO (2004), os governos mundiais

não deveriam economizar esforços e nem recursos na capacitação de professores em relação à Educação Especial em função das especificidades dessa modalidade de educação.

Uma experiência inclusiva no Quênia, África, realizada por uma Organização Não Governamental Internacional, a “Leonard Cheschire Internacional” (LCI), que vem apoiando desde 2001 cinco escolas em Oriang, cidade queniana, é projeto em que a parceria com as escolas atende 2200 alunos, entre os quais 178 são deficientes com diferentes problemas: baixa visão, deficiências físicas, epilepsia, problemas de audição, dificuldades de aprendizagem, causadas, muitas vezes, pela malária ou pela falta de tratamento adequado. A acessibilidade também não foi esquecida, sendo forma de desenvolver o ambiente de aprendizagem. Nesse, caso a comunidade atuou como parceira e a mobilização comunitária conseguiu alcançar:

- Construção de rampas de acesso aos edifícios escolares;
- Construção de latrinas adaptadas às crianças com deficiências físicas;
- Alargamento das janelas das salas de aula;
- Pintura das paredes de modo a aumentar a iluminação de algumas salas de aula;
- Reconstrução de todas as aulas deterioradas;
- Nivelamento dos recreios para facilitar a mobilidade.

Essa Organização Não Governamental investiu na sistematização de seminários de formação com o objetivo de encorajar os professores a integrarem esforços no sentido da formação de alunos com necessidades especiais, dando cursos e orientando os educadores em relação às necessidades educacionais relativas a cada aluno (cada caso deve ser tratado de forma diferenciada). Além disso, a entidade Kenya Institute of Special Education (KISE), também atuou e tem atuado na formação de professores no país.

Ministrando cursos de dois anos de duração, essa instituição tem incorporado nos ementários de seus cursos a educação inclusiva, em que consta a linguagem de sinais para surdos (LIBRAS), Braille (escrita em alto relevo usada por cegos), atualizações e ajudas pedagógicas e técnicas no âmbito da Educação especial.

A UNESCO (2004) destaca que a nível mundial ainda existe um caminho longo e tortuoso a ser percorrido pela educação inclusiva, ficando bastante claro que no mundo ocorre uma heterogeneidade muito grande de tecnologias assistivas, de níveis de atendimento e, principalmente, de recursos destinados à Educação Especial, prevalecendo ainda o modelo de escolas especiais, em sua maioria filantrópica, com atendimento médico, algumas vezes, especializado, mas que não incluem crianças e jovens, uma vez que os mesmos são segregados do convívio dos outros seres humanos de mesma idade que poderiam gerar experiências ricas tanto para os alunos da Educação Especial quanto para aqueles ditos “normais”, que experimentariam o convívio saudável com a diversidade humana, o que constituiria um fator de rara importância e oportunidade nos seus processos de formação de caráter e de valores.

Dessa forma, os países europeus do oeste, os Estados Unidos e o Canadá, são exemplos de países desenvolvidos, onde a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais em salas de aula nas escolas regulares da rede de ensino têm conseguido os maiores progressos. Resta aos demais países investirem capital financeiro e humano na perspectiva de inclusão dessas crianças. No caso brasileiro, a inclusão dos alunos da educação especial se defronta com o desafio ainda maior que seria a inclusão de todos, pois, mesmo os alunos ditos “normais”, ainda se encontram carentes de uma escola pública de qualidade.

3 PROGRAMA PEDAGÓGICO DE INCLUSÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

As ideias usadas para compor o Programa de Atendimento Pedagógico por Demanda, que tem como objetivo melhorar o aprendizado dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, matriculados no Instituto Federal de Educação - campi Colatina, foram idealizadas em um seminário interno organizado no campus, especificamente para esse fim. O seminário ocorreu no 1º Semestre de 2012, no mês de março, e contou com a participação de alunos do 4º ano dos cursos Técnicos em Edificações e do 4º ano do curso Técnico em Administração. O objetivo da participação dos alunos no seminário foi torná-los mais informados em relação à causa da inclusão escolar de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, além do respeito e o desenvolvimento da pesquisa científica em nosso campus.

As turmas às quais pertenciam os alunos que se configuravam em sujeitos da pesquisa não foram convidadas para não trazer uma exposição, o que poderia produzir frutos negativos, tanto em relação ao processo de educação desses alunos quanto na própria pesquisa. Os nomes dos alunos também foram, obviamente, omitidos. Fizeram-se presentes no seminário os professores que trabalhavam ou já haviam trabalhado com os alunos que foram identificados como A1 e A2 (dois alunos que representavam 100% da população de alunos com necessidades educacionais especiais no campus Colatina), a psicóloga e a assistente social da escola, duas pedagogas que eram responsáveis pela assistência pedagógica aos cursos em que os alunos estudavam e os pais desses alunos.

Depois de uma apresentação de um pequeno resumo do trabalho da proposta de tese, foram expostos os objetivos do trabalho, que indicavam como ponto-chave a criação e a aplicação de um programa pedagógico que pudesse melhorar o nível

de aprendizado dos alunos com necessidades especiais. Usando a pesquisa-ação como base metodológica para esse trabalho, foram estabelecidas discussões e, ao final do processo, coletadas sugestões que serviram de subsídio para a construção do Programa de Atendimento Pedagógico por Demanda (PAPED).

As ideias foram apresentadas de forma mais consensual possível:

1 – Avaliações diferenciadas: as avaliações têm o objetivo de buscar informações a respeito do aprendizado dos alunos, mas, também, são usadas como critério de aprovação ou reprovação nas disciplinas escolares. Sendo assim, na tentativa de extrair o que realmente representam os conhecimentos dos alunos com necessidades educacionais especiais, a utilização de avaliações diferenciadas assume grande importância, pois, em uma determinada circunstância, o professor pode, levando em consideração as deficiências apresentadas pelos alunos especiais, alterar o estilo da avaliação e, principalmente, o seu tempo de duração, buscando, com isso, avaliar melhor esse aluno. O tempo de duração de uma avaliação, aliás, se constitui em um fator que pode ser extremamente limitante para um aluno que apresenta deficiências. No caso específico dos alunos considerados sujeitos desta pesquisa, o tempo requerido pela avaliação pode ser maior devido à dificuldade cognitiva de um dos alunos e as dificuldades motoras que limitam a escrita do outro aluno.

2 – Atividades diferenciadas: as atividades exigidas por todos os cursos escolares têm como objetivo exercitar o raciocínio dos alunos, passar novas informações, exercitar a escrita, melhorar o vocabulário, identificar novas formas de resolução de problemas, entre outras. No caso dos alunos com necessidades educacionais especiais, essa estratégia assume grande importância, pois pode ser usada de forma compensatória, acentuando uma atividade em que o aluno apresenta um problema

natural no aprendizado, ou de forma adaptativa, adequando as atividades comuns para formas que sejam mais acessíveis aos alunos da educação especial.

3 – Uso de monitor exclusivo no contra turno do curso do aluno: a monitoria não é, exatamente, uma novidade no Instituto Federal de Educação, campus Colatina. Existem monitores em disciplinas consideradas como níveis maiores de dificuldade, como Matemática, Física e Química. O que se constituiu em novidade foi a ideia de usar um monitor exclusivo para um determinado aluno. Essa ideia se pautou no fato de o trabalho com monitores que atendessem a vários alunos ao mesmo tempo, automaticamente, excluiria o aluno com deficiência do processo, pois, dificilmente, ele acompanharia o ritmo de entendimento dos demais alunos, suas dúvidas persistiriam e ele acabaria abandonando o processo por não conseguir acompanhá-lo. A função de monitor exclusivo seria ocupada por um aluno que apresentasse bom rendimento em todas as matérias ou, pelo menos, na maioria delas, que pudesse assessorar o aluno em suas dúvidas e ajudá-lo a organizar seus estudos.

4 - Atividades em grupo: as atividades em grupos representam uma forma valiosa de provocar a interação entre os sujeitos que são o produto do processo de ensino e aprendizagem. No caso específico dos alunos com necessidades educacionais especiais, representaria uma importância ainda maior. No entanto, também é muito importante salientar que as atividades em grupos devem ser bem planejadas para que não ocorra um fato muito comum, que acontece quando uma parte dos integrantes do grupo que assume o trabalho, e o restante não participa. Em relação à presença de um aluno com necessidades especiais em um determinado grupo de trabalho, esse aspecto tem ainda maior chance de se configurar, pois, os outros elementos do grupo, como forma de “solidariedade” ao colega deficiente,

poderia assumir todo o trabalho, não dando chance de estimular o aprendizado e a participação do colega. Outro desvio que deve ser evitado seria a má vontade dos integrantes de um determinado grupo em trabalhar com o aluno que tem necessidade especial. Basicamente, seria um caso de exclusão, mas pode ser evitado quando o planejamento e a supervisão do professor são feitos adequadamente.

5 – Atendimento Individual: o atendimento individual seja para um aluno com ou sem necessidades educacionais especiais é especialmente valioso para se atingir um nível superior no processo de ensino e aprendizagem. Esse tipo de atendimento pode ser feito pelo professor no próprio momento em que os conteúdos são ministrados, tirando dúvidas mais específicas dos alunos, ou em momentos de realização de tarefas em classe, onde as dúvidas certamente aparecerão. Também pode ser feito no contra turno, em horário específico marcado entre o professor e o aluno. Um atendimento parecido com esse foi indicado na proposta de utilização do monitor exclusivo. Entretanto, a proposta analisada neste momento se refere ao atendimento individual realizado pelo professor. O atendimento individual feito pelo professor melhora não só os conhecimentos do aluno, mas também cria um vínculo afetivo e de confiança entre professor e aluno, estreitando as relações entre os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. Atuando como um verdadeiro mediador, o professor terá a oportunidade de tornar o aluno mais seguro com relação aos conteúdos aprendidos.

6 – Atividades Extras: O uso de atividades extras pode ser interessante em disciplinas em que o aluno apresenta mais problemas de aprendizado, desde que não represente uma carga de trabalho pesada demais. Cabe ao professor saber dosar as atividades para evitar a sobrecarga de tarefas para o aluno, principalmente, em épocas nas quais os exames avaliativos se concentram. A preocupação com a sobrecarga de

atividades dos alunos com necessidades educacionais especiais sempre deve ser levada em conta, uma vez que os alunos que apresentam qualquer tipo de deficiência, geralmente, organizam e constroem suas atividades escolares em um tempo maior do que um aluno que não apresenta qualquer deficiência (de uma forma geral, é assim que ocorre), sendo assim, a responsabilidade do professor torna-se ainda maior, tendo que usar o bom senso para não fazer com que uma atividade que deveria contribuir para o aprendizado do aluno acabe por sobrecarregá-lo.

7 – Uso do computador pessoal em todas as atividades do aluno: essa estratégia foi sugerida especificamente para o aluno A2, que apresenta os movimentos das mãos e braços comprometidos pela paralisia cerebral e, devido a isso, possui dificuldades extremas com a escrita. No caso específico desse aluno, todas as atividades foram indicadas para serem feitas no computador pessoal em função das limitações motoras do aluno, inclusive as avaliações, pois, neste caso, seria muito difícil que ele completasse uma avaliação de forma manuscrita. Logicamente, as atividades a serem formuladas pelos professores terão que ser adaptadas, em determinados casos, para que sejam aplicadas e resolvidas no computador. Isso, certamente, exigirá dos professores um planejamento prévio. Nesse tipo de estratégia não cabem improvisações, uma vez que o aluno pode acabar por se tornar ocioso em sala de aula, por falta de atividades planejadas com antecedência. Na perspectiva de contribuir com o programa pedagógico destinado a fortalecer o aprendizado dos alunos com necessidades especiais e, tendo, também, a expectativa de, num futuro próximo, receber mais alunos com esse tipo de demanda, a direção adquiriu o computador pessoal, o ligou em rede com os computadores da escola e ofereceu ao aluno na forma de empréstimo pelo tempo que ele estiver no campus.

8 – Disponibilização de atividades no ambiente virtual Moodle: o Moodle representa uma ótima ferramenta para se trabalhar atividades com os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. O Moodle é um software livre de apoio à aprendizagem. Trata-se de um trabalho colaborativo, através da Internet ou de uma rede local, que é o caso do campus Colatina. O usuário desse sistema pode baixá-lo, modificá-lo, usá-lo e até distribuí-lo, desde que siga os termos estabelecidos para sua licença. O Moodle conta com os principais instrumentos de um ambiente virtual de aprendizagem. Possui suportes de comunicação, na avaliação, na disponibilização de conteúdos, na administração de organização.

O PAPED, apresentado acima, serviu como base para nosso propósito de identificação de ações necessárias a transformar o ensino de forma a atender os alunos que necessitam de atendimento especial.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa delineou um campo de investigação formado por alunos com necessidades educacionais especiais matriculados no Instituto Federal do Espírito Santo. O *locus* da pesquisa é uma escola de ensino técnico e tecnológico localizada no município de Colatina, região noroeste do estado do Espírito Santo. Os alunos com necessidades educacionais especiais pertencem ao Curso Técnico Integrado em Administração e ao Curso Superior Tecnológico em Redes Computadores.

A efetivação da pesquisa foi buscada através da coleta de dados, que neste trabalho aconteceu com questionários e entrevistas semiestruturadas. O enfoque da pesquisa foi de natureza qualitativa, organizado pelas ideias/teorias de Sampieri, Collado e Lúcio (2006), no que tange à construção do processo de pesquisa

qualitativa e seus desenvolvimentos no cerne de uma metodologia desta natureza.

Quanto aos objetivos, esse estudo está vinculado aos aspectos da pesquisa-ação, que, segundo Machado (2012), é um método qualitativo por excelência, ideal para ser usado em pesquisas em que as situações que podem ser observadas ou mesmo as evidências qualitativas substituem as informações estatísticas relacionadas, na qual a intenção do pesquisador é captar dados psicológicos e situações de funcionamento de estruturas e organizações.

Este trabalho de pesquisa evidencia a problemática do ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, partindo de uma pesquisa-ação. Destacamos o trabalho com os seguintes colaboradores 2 alunos com necessidades especiais, identificados como: A1 - 7º semestre do curso técnico integrado ao Ensino Médio em Administração e A2 - 2º semestre do curso superior em Tecnologia de Redes de Computadores.

A proposta é identificar dificuldades de aprendizado apresentadas por cada aluno e o resultado desses desafios após a aplicação do PAPED, com intervenções pedagógicas realizadas pelos professores de diferentes disciplinas.

5 ANÁLISE DOS DADOS

A análise e a interpretação dos dados envolveram os procedimentos de codificação e tabulação das respostas dadas ao questionário dos colaboradores. A primeira questão procurou identificar acerca das dificuldades nas principais disciplinas dos alunos com necessidades especiais. Identificamos as seguintes informações:

A1 – (Língua Portuguesa, Física e Matemática) - Em Matemática, estabelecia os cálculos básicos necessários em nível de Ensino Médio. Em Física não conseguia compreender a linha de raciocínio das questões. Em Língua portuguesa, dificuldade de interpretação e escrita.

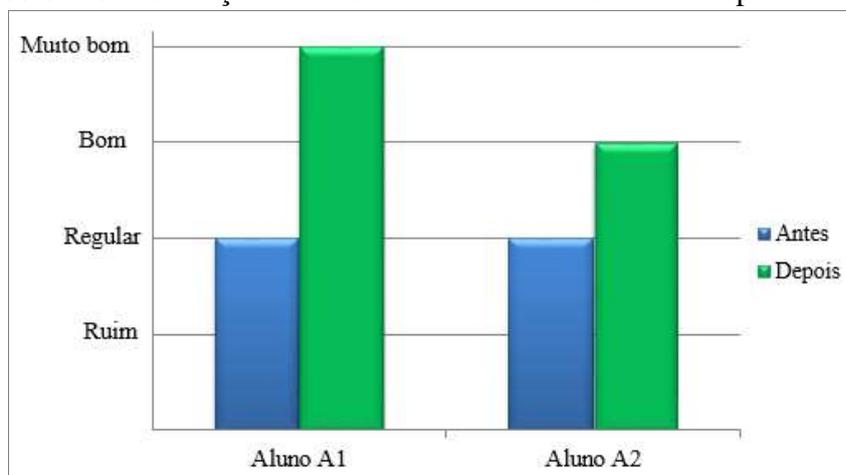
A2 – (Cálculo, Programação e Organização estruturada de Computadores) - Pouca base em Matemática do Ensino Médio e Fundamental levou a prejuízos na disciplina de Cálculo. As outras disciplinas eram muito complexas o que causou dificuldade de estabelecer a compreensão.

A autoestima, análise que a pessoa faz de si mesma, tem uma importância muito grande no processo de ensino-aprendizagem. Quando o aluno apresenta uma boa autoestima passa a acreditar que é capaz, nesse caso específico, academicamente. Isso possibilita superar as dificuldades inerentes ao curso escolhido e que a vida acadêmica também lhe impõe. Os resultados das declarações dos alunos A1 e A2 sobre autoestima apresentam sentido, se analisarmos as limitações que cada um apresenta. O aluno A1 declarou

uma baixa autoestima, pois as dificuldades de ordem cognitiva apresentadas por ele limitavam seu aprendizado e se constituíam em barreiras que, muitas vezes, eram consideradas por ele como muito difíceis de serem transpostas. O aluno A2, apesar da paralisia cerebral, não apresentou comprometimento cognitivo, apenas motor e de fala. Esse fato fez o aluno A2 acreditar mais em sua capacidade de aprendizado, tendo, portanto, uma melhor autoestima do ponto de vista acadêmico.

O gráfico a seguir, apresenta as respostas quanto à classificação dos seus resultados avaliativos escolares antes e depois da aplicação do programa de atendimento pedagógico por demanda (PAPED).

Gráfico 01: Classificação dos resultados avaliativos antes e depois do PAPED



O aluno A1 indicou em sua análise que seus resultados melhoraram de insuficientes para bons, após a aplicação do PAPED. No Instituto Federal de Educação, um aluno é considerado reprovado quando não consegue o rendimento mínimo de 60% em mais de dois componentes curriculares. Sendo assim, essa análise tem sentido, pois quando o programa passou a ser efetivamente aplicado ao aluno, o mesmo já havia ficado reprovado uma vez. Com a aplicação do PAPED, a reprovação deste

aluno não mais ocorreu. Porém, ele ainda apresentou alguns resultados negativos que o fizeram frequentar determinadas disciplinas no semestre posterior em regime de dependência e não de reprovação. Isso ocorre com o aluno do Instituto que não consegue o rendimento mínimo de 60% em um ou dois componentes curriculares. Neste caso, este aluno continuou a frequentar o curso com a mesma turma e fazendo as disciplinas do regime de dependência em horário alternado.

O aluno A2 indicou, também, melhorias nos seus resultados. No entanto, uma melhoria mais discreta (de insuficiente para regular). Isso se deve ao fato do aluno não ter conseguido aprovação nas disciplinas de Cálculo I e II e nas disciplinas de Programação I e II. O fato de não ter conseguido rendimento satisfatório em Cálculo I e Programação I teve como consequência a reprovação no regime de dependência, ao mesmo tempo em que, no mesmo semestre, não conseguiu o rendimento mínimo em Cálculo II e Programação II. Isso fez com que esse aluno ficasse retido, fora de sua turma normal e cursando apenas essas disciplinas durante o 3º semestre (semestre atual). Apesar de sua reprovação, A2 considerou positivas as estratégias do PAPED, principalmente referentes à melhoria de seus resultados escolares em relação a outras disciplinas que foi aprovado.

Quando questionados a respeito das principais ações metodológicas que surtiram resultados positivos em relação ao aprendizado, as respostas apontam:

A1 - A atuação do monitor foi positiva, pois acompanhava meus estudos e tarefas. Alguns professores se aproximaram mais e acabei me sentindo mais seguro quando estudava os conteúdos que eles ensinavam, como nas disciplinas de Química e Empreendedorismo.

A2 - O uso de computador no lugar da escrita manual ajudou bastante. Também fez diferença a ajuda da monitoria, principalmente em cálculo.

Nossos colaboradores identificaram tipos de atividades diferenciadas propostas pelo programa pedagógico e aplicada por cada professor:

Aplicadas ao aluno A1:

- 1 – Avaliação e atividade diferenciada.
- 2 – Monitoria.
- 3 – Atividade em grupo.
- 4 – Atendimento individual.
- 5 – Atividades extras.

Aplicadas ao aluno A 2:

- 1 – Adaptação de atividades e avaliações no computador.
- 2 – Atividade em grupo para desenvolver a socialização.
- 3 – Uso do monitor.
- 4 – Maior tempo para as atividades.
- 5 – Disponibilidade de material didático no ambiente virtual Moodle.

Nossos colaboradores também identificaram aspectos positivos e negativos do programa pedagógico por demanda (PAPED).

A1: Positivos - auxílio nos estudos e tarefas, principalmente na organização dos estudos.

Negativos: em alguns momentos, surgiram dificuldades na interação com o monitor.

A2: Positivos - auxílio do computador fornecido pela escola e pelas avaliações diferenciadas.

Negativos: não identificou pontos negativos.

O aluno A1 relacionou aspectos positivos e negativos no contexto dos trabalhos desenvolvidos pelos monitores. Nesse contexto, é válido relatar a importância do monitor exclusivo na vida acadêmica desse aluno. Na verdade, houve três diferentes monitores. O primeiro e o terceiro fizeram um excelente trabalho com o aluno, inclusive na organização dos seus estudos, com relação a provas, atividades e trabalhos. Já o segundo monitor não apresentava muita interação com o aluno A1 e, por isso, o trabalho de mediação com ele foi um pouco prejudicado.

No processo de seleção do terceiro monitor, adotou-se a ideia de pedir a ajuda do próprio aluno para ajudar na escolha deste auxiliar. Escolhido um nome com o aval do aluno, a interação entre eles durante os atendimentos ocorreu de forma mais qualificada e produtiva. O aluno A2 destacou bastante a importância do emprego do computador pessoal como ponto positivo do programa, uma vez que

esse objeto proporcionou uma melhora substancial em sua comunicação e em sua participação nas atividades e nas provas.

Os alunos apontaram algumas sugestões para melhorar o atendimento pedagógico aos alunos com necessidades especiais.

A1: Aproximar mais a escola dos alunos. Procurar soluções para sanar os problemas de aprendizado num tempo menor.

A2: Os professores ainda se colocam muito “distantes” dos alunos e isso contribui para que as dúvidas persistam. Minha sugestão é uma maior proximidade e atenção entre o aluno e o professor.

Um ponto muito importante foi abordado pelo aluno A1 em sua sugestão. Quando o PAPED foi aplicado ao aluno A1, ele já tinha feito boa parte do curso com alguns atendimentos individuais pontuais, feitos por alguns professores. A sugestão do aluno se baseia no fato de muitas vezes a escola demorar a aplicar determinadas ações, e o aluno atendido com atraso pode sofrer consequências, como, por exemplo, a reprovação. O que ocorre muitas vezes é que a escola não sabe o que fazer com relação a um determinado aluno que apresenta muitas demandas em função da aprendizagem, e as ações são criadas aos poucos e às vezes chegam atrasadas ao aluno, sem tempo hábil para salvar o ano letivo do aluno.

A sugestão do aluno A2 se justifica pelo distanciamento que os professores do Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores mantém em relação aos alunos tratando-os como pessoas com plena autonomia para cursarem o curso superior a que se propuseram. No entanto, a aproximação entre o professor e o aluno com necessidade educacional especial é essencial, mesmo quando se trata de um curso superior, pois a autonomia, que o professor supõe que o aluno apresenta, certamente não ocorre, não no grau de intensidade que o professor considera. Imaginar que um aluno com necessidades

educacionais especiais é tão autônomo quanto um outro aluno que não apresenta este tipo de problema é caminhar no sentido contrário ao da inclusão, pois o processo inclusivo também prevê oferecer aos alunos com necessidades especiais algumas compensações que são necessárias para que ele possa ter as mesmas chances de aprendizado em relação aos seus colegas ditos “normais”

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O histórico escolar do aluno A1 mostra o rendimento acadêmico nos vários semestres que o aluno frequentou no campus Colatina. Escolhemos para análise os semestres 2010/2 (semestre em que o aluno ficou reprovado), 2011/2 (semestre que antecedeu a aplicação do PAPED) e 2012/1 e 2012/2 (semestres em que o PAPED foi aplicado). Os resultados encontrados com relação à média das notas do aluno durante o semestre foi 2010/2: média 62,5; 2011/2: média 64,4; 2012/1: média 76,7; 2012/2: média 72,7.

O resultado mostra a melhora no rendimento em relação aos dois semestres significativos escolhidos para análise, um por que representou um semestre em que o aluno ficou reprovado e o outro porque representou o semestre que antecedeu a aplicação do PAPED. O primeiro semestre em que o programa foi aplicado (2012/1) apresentou um rendimento de A1 22,7% superior ao rendimento apresentado no semestre em que o aluno reprovou (2010/2) e 19,1% superior ao semestre anterior à aplicação do programa (2011/2).

O histórico do aluno A2 mostra que, no primeiro semestre, quando o programa começou a ser aplicado (2012/1), a média das notas conquistadas pelo aluno foi de 53,3. Houve certo atraso na aplicação do programa nesse semestre devido à resistência inicial de alguns professores, problema que foi posteriormente resolvido. No segundo semestre do aluno (2012/2), a média das notas conseguidas pelo aluno foi de 57,6,

obtendo melhora de 8,06% em seu rendimento. Os resultados apresentados mostram que programas de atendimentos a alunos com necessidades educacionais especiais, feitos conforme a demanda apresentada por cada aluno, pode ser encarada como uma alternativa metodológica e pedagógica importante, uma vez que os resultados mostraram melhora de rendimento significativas dos alunos pesquisados, após a identificação de suas demandas particulares e aplicação de metodologias que levaram à melhora do aprendizado desses alunos.

Os resultados também mostraram uma melhora significativa na autoestima dos alunos, sujeitos da pesquisa, com a aplicação do programa, que leva a uma melhora não só da qualidade da vida acadêmica desses alunos, mas de suas vidas como um todo. Sintetizando, tanto em relação às notas dos alunos quanto em relação às colocações dos sujeitos da pesquisa, a aplicação do PAPED indica melhorias no rendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais no que concerne ao aprendizado desses alunos.

O sucesso desse programa assume importância no contexto pedagógico do Instituto Federal de Educação, campus Colatina, uma vez que foi o primeiro programa pedagógico realmente estruturado visando atender esta nova demanda representada pelos alunos que apresentam necessidades especiais. Por ser pioneiro e ter alcançado uma organização coletiva, o sucesso alcançado, mesmo sendo em relação a um número pequeno de alunos, assume importância capital como base, incentivo e criação de tecnologias educacionais com boas perspectivas de serem usadas em programas futuros.

REFERÊNCIAS

ANACHE, A. A. Educação Especial Como Tema de Referência no Programa de Pós – graduação em Educação. In: JESUS, D. M. BAPTISTA, C. R. VICTOR, S. L. (org).

Pesquisa e Educação Especial: mapeando produções. Vitória: Edufes, 2005, p. 209 – 244.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Câmara de Educação Básica.** Resolução no 04, de 02 de outubro de 2009. Disponível em www.portal.mec.gov.br. Acesso em: 07 de nov de 2011.

CALIMAN, Geraldo. **Estudantes em Situação de Risco e Prevenção.** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: www.com.scielo.br. Acesso em: 22, julho, 2012.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Alunos Com necessidades Educacionais Especiais em Classes Comuns: Avaliação do Rendimento Acadêmico.** Educação Online. Disponível em www.educaçaoonline.pro.br. Acesso em: 27, agost, 2012.

FEUERSTEIN, R.; RANDY, Y. **Mediated learning experience:** An outline of proximal etiology for differential development of cognitive functions. Baltimore: University Park Press, 1974.

KIRK, Samuel A., GALLAGHER, James J. **Educação da criança excepcional.** São Paulo: Matins Fontes, 1987, p. 502.

MACHADO, B. F. **Fundamentos Epistemológicos e Metodológicos da Pesquisa-Ação.** CEFET MG. 2003 . Disponível em www.slideshare.net. Acesso em: 13, agost, 2012.

NÓVOA, António. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educação e Pesquisa**, Jun 1999, vol.25, no.1, p.11-20. ISSN 1517-9702.

PEREIRA, Marilú Mourão. **Inclusão Escolar:** desafio entre o ideal e o real. Artigos de Pedagogia. Disponível em

www.portaleducacao.com.br. Acesso em: 12, agosto, 2012.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlo F.; LUCIO, Pilar B. **Metodologia de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: McGraw – Hill. 2006.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **Psicologia Pedagógica**. Tradução de Paulo Bezerra. 3. Ed. São Paulo. S. P. Editora WMF – Martins Fontes. 2010.